



Desenvolvimento do País Passa pela Massificação da Banda Larga

ROGÉRIO SANTANNA¹

Apesar do avanço no acesso às tecnologias da informação e comunicação no Brasil no último ano verificado pela pesquisa TIC Domicílios² e TIC Empresas 2006³, os governos federal, estaduais e municipais precisam unir esforços para ampliar o número de pessoas utilizando Internet e banda larga no Brasil. Se compararmos o que aconteceu com o acesso à Internet e ao computador nos últimos dois anos, verificamos que os programas do governo de incentivo à aquisição de computadores, como o Projeto Computador para Todos⁴, mostraram-se mais eficientes que as ações de estímulo ao uso da Internet ou qualquer política nessa área.

Os dados da Pesquisa TIC Domicílios 2006 mostram que houve melhoria nos índices de acesso ao computador, especialmente, e à Internet. O índice de pessoas que já utilizaram o computador passou de 45,2% em 2005 para 45,7% em 2006. O número de pessoas que utilizou o computador nos três meses anteriores à realização da pesquisa passou de 29,7% para 33,1%. O índice dos que já acessaram à Internet cresceu de 32,2% para 33,3% e dos que utilizaram a Internet nos três meses anteriores à realização da pesquisa aumentou de 24,4% para 27,8%. Já o percentual dos que nunca utilizaram o computador e a Internet caiu de 54,8% para 54,3% e de 67,8% para 66,7%, respectivamente.

Esses dados atestam a importância das políticas públicas para promover a inclusão dos cidadãos e das empresas na sociedade da informação. E para isso é preciso massificar o uso da banda larga no país. A banda larga é hoje uma infra-estrutura fundamental para a prestação de serviços de governo eletrônico, entre os quais os relacionados à saúde e educação. Em geral, as prefeituras de quase todo o país, as regiões mais carentes da presença do Estado e as escolas localizadas nas periferias das grandes cidades, não dispõem de serviços compatíveis com as necessidades da sociedade da informação. Não há como pensar a melhoria dos processos de trabalho, da qualidade de serviços do governo, da eficiência das empresas e a desmaterialização dos processos sem o uso da Internet em banda larga.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios, apenas 12,96% dos domicílios brasileiros dispõem de acesso à Internet e apenas 5,85% deles à banda larga. Dos domicílios que dispõem de banda larga, os índices mais altos estão nas classes A com 71,87% e B com 40,61%. Dos domicílios que das classes C e D consultados, 36,31% e 19,52%, respectivamente, afirmaram dispor de banda larga. Como o mercado não resolveu esse problema porque se concentrou em atender as pessoas com renda suficientemente alta para pagar pelos serviços - que

¹ E-mail: rogerio.santanna@planejamento.gov.br

² Realizado entre julho e agosto do ano passado em todo o território nacional, o estudo investigou 10.510 domicílios na zona urbana, entrevistando pessoas com 10 anos ou mais, nas cinco regiões do país.

³ As entrevistas foram realizadas por telefone, entre os meses de julho e novembro de 2006 em todo o território nacional, junto a 2,7 mil empresas com 10 funcionários de todas as regiões do país ou mais listadas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os resultados da TIC Domicílios e a TIC Empresas foram divulgados pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto.br — NIC.br (www.nic.br), entidade civil sem fins lucrativos criada para implementar as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

⁴ O Projeto Computador para Todos integra o Programa Brasileiro de Inclusão Digital do Governo Federal, iniciado em 2003, e visa possibilitar o acesso a computadores de qualidade, com sistema operacional e aplicativos em software livre que atendam às demandas de usuários, além de permitir acesso à Internet.

segundo as operadoras é restrito a 20 milhões de pessoas - é necessário que os municípios, estados e a União juntem esforços para levar a banda larga para aquelas regiões condenadas à desconexão eterna. Isso é necessário para melhorar os serviços oferecidos pelo Estado, especialmente nas regiões de periferia das cidades. E os pequenos municípios precisam da banda larga para se incluir no mundo globalizado. Caso contrário, as desigualdades tendem a aumentar no Brasil.

Temos casos de prefeituras no Brasil que são exemplares na apropriação da Internet para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Aquelas cidades nas quais as empresas públicas de Tecnologia da Informação são mais atuantes, organizadas, melhor tecnicamente estruturadas e administradas do ponto de vista da boa utilização dos seus recursos tecnológicos, foram as que primeiro resolveram os seus problemas. Podemos citar os exemplos de Belo Horizonte e Porto Alegre que têm infovias locais cujos serviços brevemente deverão ser generalizados junto à sua população.

Mas isso não é privilégio só das grandes cidades, há municípios menores com experiências muito bem sucedidas como Piraí, no Rio de Janeiro, cujos efeitos foram propagados também junto às cidades vizinhas, e o caso de Sud Menucci que é uma cidade bem pequena isolada no oeste de São Paulo e que gerou um fato político importante ao fornecer à comunidade o acesso ilimitado e gratuito à Internet via acesso sem fio. Ou seja, essas iniciativas não dependem do tamanho do orçamento da cidade, mas da visão dos seus administradores. É importante, inclusive, documentar essas melhores práticas no âmbito das prefeituras, dos estados e da União, e de outros países. Elas podem servir de exemplo para outras iniciativas na aplicação dessas novas possibilidades baseadas em tecnologias sem fio.

O Governo Federal está preocupado com essa questão. Brasília, por exemplo, não dispunha de uma Infovia até 2004 e hoje está implantada em 86 pontos, localizados em 50 órgãos públicos federais, aumentando a eficiência da Administração. Através de novos serviços, a Infovia amplia a segurança e reduz os custos do Governo. A determinação do presidente Lula é conectar à Internet 100% das escolas públicas em cinco anos e, para que atingir esses resultados, é preciso que o Governo Federal, estados e municípios encontrem uma solução conjunta.

Estamos trabalhando para isso, mas ainda não há uma solução definitiva para essa questão no Governo Federal. Temos muitos ativos ociosos que podem ser utilizados, como as infra-estruturas disponíveis nos sistemas elétricos, nas redes de fibras ópticas que acompanham os gasodutos e oleodutos da Petrobrás e outros mecanismos que já dispõe de fibras ópticas subutilizadas e que podem ser reorganizadas para poder atingir os objetivos de efetivamente levar a banda larga a todas as escolas públicas do país. Esses recursos podem ser organizados, em conjunto com a malha existente, para a criação de soluções novas que permitam conduzir o país para um outro patamar de conectividade.

Isso é fundamental para distribuir conhecimento, hoje restrito às grandes regiões metropolitanas e aos centros universitários de excelência. Precisamos interiorizar as novas tecnologias como educação a distância, telemedicina, entre outros recursos novos que a cada dia se tornam mais viáveis com o aumento da largura de banda. O país precisa de um projeto ousado nessa área e não apenas para recuperar os seus atrasos, mas desenvolver uma nova abordagem tecnológica e aplicações mais adequadas aos nossos problemas e limitações, em ciência da computação, em eletro-eletrônica, em software, entre outros, para atingirmos um salto tecnológico que nos permita sair na frente inclusive de países que há mais tempo estão trabalhando para resolver essas questões.



SOBRE O AUTOR

Rogério Santanna dos Santos

Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, com especializações em Gerência e Engenharia de Software e Gestão Empresarial pela UFRGS e em Marketing pela Fundação Getulio Vargas, é atualmente mestrando de Rede de Comunicações na Universidade de Brasília - UNB. Exerce a função de Secretário Executivo do Comitê Executivo do Governo Eletrônico no governo federal brasileiro. Como representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é membro do Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil, e Conselheiro no Comitê Gestor da Internet do Brasil - CGI.Br. Atualmente exerce a presidência do Conselho de Administração do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.Br.